

Problemas de Colonização na Conferência de Goiânia

SPERIDIÃO FAISSOL

Geógrafo da Divisão de Geografia

A 1.^a Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, realizada em Goiânia, entre 30 de abril e 7 de maio de 1949, foi sem dúvida, bastante proveitosa, no que diz respeito aos problemas de colonização, tanto pela maneira com que os estudou, como pelas conclusões a que chegou.

Em primeiro lugar, vamos esclarecer como se estudaram os vários temas apresentados, ou melhor, como se dirigiram os trabalhos de maneira a tirar um máximo de proveito, no pouco tempo de que se dispunha, no sentido de se chegar a uma verdadeira declaração de princípios da colonização.¹

Neste sentido, tôdas as teses discutidas e aprovadas eram classificadas, com os seus respectivos pareceres em vários itens:

- 1.º) — As teses aprovadas.
- 2.º) — Os trabalhos apresentados que foram considerados como contribuições.
- 3.º) — Os trabalhos apresentados que foram considerados úteis a órgãos da administração federal ou estadual e a eles remetido para seu conhecimento.
- 4.º) — As indicações aos poderes competentes, solicitando ou sugerindo providências.
- 5.º) — Os trabalhos rejeitados

Classificados de acôrdo com êste sistema, foi relativamente fácil extrair daquele conjunto de teses aprovadas, bem como das contribuições, aquilo que bem pode ser considerado como a declaração de princípios da colonização, e que vamos tentar resumir aqui:

Como preliminar, procurou-se definir o que se entendia por colonização, a fim de que na base desta definição se estabelecessem os seus objetivos principais, a orientação a seguir e as normas gerais.

Considerou-se a colonização como tôda ação pública ou privada que vise a utilização da terra por indivíduos nacionais ou estrangeiros, agrupados em famílias e comunidades de pequenos proprietários; e que esta colonização se deveria processar sem preconceitos de raça, nacionalidade ou religião

Além disso, firmou-se o princípio de que o Brasil não deve depender unicamente do crescimento vegetativo da população. Como nação nova, precisa receber a contribuição de fora.

Quanto a esta contribuição, um dos itens aprovados na Comissão de Imigração merece especial destaque, pois diz respeito ao tipo de imigrante de que necessitamos para a colonização:

A finalidade principal da imigração no Brasil, não deve ser a do aumento da população, mas a de sua utilização como elemento de melhoria dos padrões culturais — agrícolas ou industriais — existentes no país.

Quanto aos objetivos principais, foi recomendado que a colonização deveria visar a formação de um tipo de agricultor, no qual se reúnam as três funções básicas de uma empresa agrícola — capital, trabalho e administração. Com isso se pretenderia chegar ainda à formação de uma sociedade rural radicada ao solo, pela posse da terra, praticando uma agricultura avançada e que possua uma indústria paralela, resultante da evolução normal da agricultura ao artesanato, desta à manufatura e à fábrica

Ainda como ponto fundamental, a integração do colono estrangeiro na comunidade nacional, por um processo inteligente de assimilação

As atividades da Igreja devem ser favorecidas, até mesmo no sentido de serem enviados sacerdotes com os imigrantes, da mesma nacionalidade e religião, desde que êstes se comprometam a cooperar para a rápida aculturação e assimilação dos alienígenas

No planejamento da colonização estabeleceu-se, como condição preliminar, que êste deve ser feito através de um órgão especializado que conjugue recursos federais, estaduais e municipais, a fim de dar sentido único à política imigratória e de colonização. Esta unificação de órgãos deve ser feita não somente para o planejamento como para a execução do plano

E' necessário o aperfeiçoamento de um plano coordenado de colonização para as iniciativas já em marcha ou em preparação. Êste plano deve prever

não só o povoamento de áreas novas, como também, e talvez principalmente, a revitalização de áreas, onde a prática de uma agricultura primitiva ameaça esgotar, quando já não esgotou os solos.

Assim, a conferência de Goiânia estabeleceu que é providência inicial e fundamental, o planejamento da colonização, dando em seguida um conjunto de normas, baseadas nos empreendimentos coloniais realizados no passado, reexaminados à luz dos métodos e descobertas das ciências do homem.

Do conjunto de resoluções que dizem respeito às normas gerais a seguir, podemos destacar, resumindo, o seguinte:

- a) — É impossível colonizar sem uma adequada legislação de terras que garanta ao colono a propriedade de sua gleba.
- b) — Nenhum trabalho sério de colonização pode dispensar um levantamento prévio do terreno, de acordo com os métodos mais modernos, como, por exemplo, a aerofotogrametria.
- c) — Deve-se procurar formar colônias constituídas de pequenos núcleos culturalmente homogêneos, integrados por famílias, atendendo-se ao princípio da alternância de núcleos nacionais e estrangeiros, e obedecendo às porcentagens da lei. A escolha de elementos que possam viver harmoniosamente entre si é fundamental para o progresso da comunidade colonial. Isto só será conseguido em núcleos homogêneos, mono-nacionais, embora possam convizinhar na mesma região nacionalidades diversas.
- d) — A localização da futura colonização deverá ser precedida de um estudo minucioso, levando-se em conta como fator importante, as possibilidades de um mercado próximo e seguro, evitando-se, por esta forma, as conseqüências desintegradoras do isolamento. É desaconselhável a criação de unidades coloniais isoladas, a não ser em comunicação com os grandes centros. Longe destes, só devem ser estabelecidas formando sistema.
- e) — A colonização deverá processar-se de maneira intensiva ao longo das vias de comunicação, a começar das zonas mais salubres e férteis; ou em granjas, nos arredores das cidades, formando-se com as mesmas linhas coloniais municipais.
- f) — A colonização deverá ser preferencialmente com imigrantes de nível cultural superior ao dos nossos agricultores, ao mesmo tempo que se deverá promover a instalação de núcleos modelares, capazes de agir no sentido de modificar práticas rotineiras já superadas. Por outro lado, dever-se-á evitar, na colonização, o indivíduo sem família, propenso ao nomadismo e à preferência pelos centros urbanos. Deve ser dada especial atenção e a mais ampla assistência ao elemento nacional, de aproveitamento obrigatório na colonização. A elevação de suas técnicas agrícolas é um dos objetivos básicos da colonização com imigrantes de alto padrão cultural e técnico.
- g) — Deve-se assegurar ao colono transporte fácil, assistência escolar e médica, bem como liberdade de religião, a garantia enfim, de seus direitos fundamentais.
- h) — O cooperativismo, o seguro e o crédito rural, bem como o serviço social do imigrante, são fundamentos econômicos da colonização.

Estas são as principais conclusões da conferência de Goiânia, no que diz respeito à colonização.

De tudo isso podemos deduzir que a conferência de Goiânia considerou o imigrante como um grande auxiliar na construção de uma pátria engrandecida, um mestre para os nossos caboclos, um amigo enfim, a quem devemos dar uma recepção digna, um tratamento correto e uma assistência à altura das suas tradições, para que eles nos dêem uma ajuda correspondente e possam participar como iguais do progresso de nossa terra.

Mas a conferência não fez apenas isso; foi além, indicando às autoridades competentes, uma série de medidas tendentes a melhorar as condições atuais, em benefício de uma colonização bem orientada, e enviando a vários órgãos de administração, sugestões ou teses especializadas. Poderemos assim resumir e destacar, como das mais importantes, as seguintes recomendações:

- 1.º) — Encarece aos poderes competentes a necessidade de uma lei agrária que vise a valorização do homem rural brasileiro, como elemento de colonização e de fomento à produção.

- 2.º) — Encarece ao governo da União a transferência da capital da República para o Planalto Central do Brasil, como fator máximo de estímulo e orientação à colonização.
- 3.º) — Aplauda a iniciativa do governo de Goiás, promovendo a criação de um instituto de terras e colonização de Goiás, órgão que supervisionará e dará caráter científico aos trabalhos de colonização dirigida em Goiás.
- 4.º) — Manifesta o desejo de que as autoridades competentes federais promovam a criação de Departamento Nacional de Cooperativismo, para o incentivo, assistência e fiscalização do cooperativismo no Brasil.
- 5.º) — Recomenda ao governo do estado de Goiás a organização de uma carta de vegetação, como primeira aproximação a uma carta pedológica do estado; e que se considere a organização desta carta como condição indispensável ao planejamento da colonização, não se dispensando, de forma alguma, estudos mais pormenorizados dos vários tipos de solos.
- 6.º) — Recomenda-se a instalação, no Planalto Central, de uma rede meteorológica, cuja densidade permita uma segura orientação na preferência das diferentes culturas, além de fornecer elementos suficientes aos estudos pedológicos.

Considerando agora o problema da colonização do Planalto Central, ou melhor, do estado de Goiás, é preciso dizer que foram muitas e valiosas as contribuições apresentadas, algumas traduzidas em planos ou esboços de planos para a colonização no estado de Goiás.

Infelizmente não me foi dado ter conhecimento de todas elas, mas desejo destacar aqui três projetos apenas, talvez os mais importantes e que, uma vez realizados, poderão trazer uma nova e valiosa contribuição ao desenvolvimento do estado, tanto na sua produção como na melhoria dos seus atuais padrões culturais.

O primeiro deles e mais adiantado é o plano da CITAG (Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores), que projeta estabelecer-se nas proximidades de Rio Verde, em uma zona de cerradões. As razões principais da escolha desta região para a localização aí de uma colônia italiana foram as seguintes:

- 1.º) — Condições de clima satisfatórias para o tipo de imigrante que seria colocado, proveniente da região dos Abruzos, na Itália central.
- 2.º) — Condições atuais razoáveis de escoamento da produção, isto é, facilidades de mercado.
- 3.º) — Facilidades para a obtenção de terra e existência de uma grande área disponível, a preço relativamente baixo.

A área escolhida é de 150 000 hectares mais ou menos, constituída de cerradões e capões de mato. Este é um dos pontos interessantes da atual fase da colonização em Goiás, pois está-se dando preferência aos terrenos de cerradões de média fertilidade, mais baratos e mais fáceis de destocar e preparar para a lavoura mecanizada. Para o lavrador goiano ainda é uma idéia um tanto ridícula querer-se obter um grande rendimento agrícola em tais tipos de terra.

Na área escolhida, pretende-se localizar cerca de 3 000 famílias italianas, dentro do prazo de três anos, famílias estas já acostumadas e treinadas no tipo de trabalho que se pretende desenvolver na colonização da CITAG.

Este tipo de trabalho é baseado essencialmente no princípio de que longe dos grandes mercados, a produção precisa ser industrializada na mais alta escala permitida a uma organização deste tipo. Podem assim ser resumidos os principais pontos do programa de trabalho da CITAG

- 1.º) — A fertilidade dos solos deve ser mantida, adotando-se um sistema de adubos apropriados e oportunas rotações.
- 2.º) — A possibilidade já verificada da existência de jazidas à base de fosfatos ou nitratos, deverão dar as bases econômicas para a adubação, bem como a adubação com leguminosas (para o azoto).
- 3.º) — É preciso manter o solo sob cultivo permanente, pois isto evita a erosão.

- 4.º) — Não pode existir uma agricultura racional sem uma paralela e proporcional criação de gado, para o aproveitamento do estêrco. Este é um ponto fundamental na melhoria dos sistemas agrícolas do caboclo brasileiro, pois o estêrco é o adubo mais barato e que pode ser conseguido com apenas um pouco de trabalho.
- 5.º) — Deve ser adotado o sistema de policultura, dando-se especial atenção às culturas de uva, oliveira e leguminosas, além das culturas tradicionais já bem adaptadas à região. Para a criação do gado estabelecido deve-se dar preferência aos de dupla produção: carne e leite.
- 6.º) — Seria aconselhável o uso do seguinte sistema de rotação, em um plano quinquenal: 20% de cereais, 20% de culturas de renova (milho, tabaco, mandioca), etc., 40% de pastos artificiais (possivelmente leguminosas) e os restantes 20%, de plantas frutíferas e várias outras culturas, conforme as possibilidades de mercado.
- 7.º) — Deve-se ter cuidado para evitar a proliferação de doenças das plantas
- 8.º) — As casas para os colonos devem ter suficiente confôrto, a fim de proporcionar-lhes uma vida agradável com sua família. A casa é um fator de fixação do colono.

Estes oito pontos formam um conjunto de normas, que, se seguidas e corrigidas na medida que a experiência indicar, levarão a colonização italiana a um êxito magnífico. Este êxito nos parece mais certo, sabendo-se que a CITAG pretende trazer um grupo de técnicos já experimentados em condições semelhantes, além de colonos já treinados neste tipo de agricultura.

A industrialização progressiva dos produtos agrícolas, até o máximo desejável em emprêsas dêste tipo, será o corolário desta série de pontos básicos, e cujo objetivo é vencer o problema dos fretes caros atuais.

Além da CITAG, outro grupo italiano pretende fazer colonização em Goiás: é o das emprêsas Casalucce, com um programa aproximadamente igual, mas ainda em fase de preparação, menos adiantada, mas nem por isso menos importante.

O terceiro e muito importante é o projeto SCHARPEMBERG, que pretende estabelecer uma colônia de holandeses em Goiás, com cerca de 500 famílias. Dêste projeto devemos destacar os seguintes pontos, da mais alta importância para o êxito de qualquer plano de colonização em Goiás:

- 1.º) — Antes de se discutir qualquer problema concernente à imigração holandesa para o Brasil, deve-se destacar que o nível de vida do povo holandês é dos mais altos da Europa. Atualmente, muitos países pleiteiam a vinda de colonos holandeses, tais como o Canadá, a Argentina, a Austrália, a África do Sul e o Brasil. Dêstes, o que menos recebeu imigrantes holandeses em 1948 foi, talvez, o Brasil.
- 2.º) — No entanto será possível a vinda de grandes levas de lavradores para o Brasil, desde que se lhes ponha à disposição, terras e financiamento necessário para se instalarem nelas como pequenos proprietários.
- 3.º) — O êxito de uma colonização de lavradores depende da possibilidade de colocação de seus produtos no mercado, por preço compensador e da mecanização de sua lavoura. No caso de Goiás, esta condição é bastante difícil, pois a distância dos mercados consumidores acarreta um frete caríssimo que diminui o lucro que o colono poderia ter com os seus produtos industriais, base de um nível de vida elevado. Esta desvantagem poderá ser compensada, observando-se os seguintes princípios:
 - a) — O grupo colonizador deverá ser bem maior em número de que em outras regiões mais próximas, não se devendo pensar em menos de 300 famílias, que formariam um grupo econômico forte.
 - b) — A criação de uma indústria rural é indispensável para estas zonas. Esta indústria transformará os produtos de maior valor, que poderão fazer face mais facilmente ao alto preço do transporte.

- 4º) — Além disso deveriam ser criadas facilidades para armazenamento dos produtos, para atender às exigências do transporte, que depende muito do estado das estradas e da capacidade dos meios de transporte.
- 5º) — Devido à necessidade da posse inicial da terra para garantir o financiamento da instalação dos colonos, o govêrno de Goiás deveria vender a longo prazo e a baixos juros, a terra à cooperativa que os holandeses fundassem; esta trabalharia como uma unidade só nos primeiros anos, dando a terra aos colonos em seguida.
- 6º) — Os lavradores holandeses trabalharão as suas terras conforme os métodos mais modernos e intensivos, com o que conseguirão um nível de vida igual ao que estão acostumados na Holanda.

Esta colonização trará ao estado de Goiás um progresso e, ao povo daquela região, um modo de vida dos mais adiantados do mundo e ao qual estão pouco acostumados. Aos poucos e progressivamente os lavradores brasileiros serão compelidos, pelo exemplo de prosperidade de seus vizinhos, a adotarem as suas técnicas que lhes elevarão o padrão de vida, em um prazo relativamente pequeno.

Ao que estamos informados êstes projetos estão merecendo da parte do governador do estado e do presidente do Conselho de Imigração e Colonização, o mais decidido apoio.

Se a conferência de Goiânia não tivesse estabelecido um corpo de doutrina em matéria de colonização, os planos que ela recebeu e encaminhou ao govêrno de Goiás para a colonização no estado, justificaram plenamente a sua realização e marcaram o seu êxito.